

CENÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS PARA RESIDENTES DO EDITAL 01/2020 DA CAPES

Douglas da Silva Tinti

Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP),
com período sanduíche na Universidade de Sevilha/Espanha.

Professor do Departamento de Educação Matemática da Universidade
Federal de Ouro Preto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8332-5414>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9156025676562066>

E-mail: tinti@ufop.edu.br

José Fernandes da Silva

Pós-Doutor em Educação Matemática. Doutor em Educação Matemática.

Professor efetivo no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus São João Evangelista e Docente
Permante do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Ouro
Preto (UFOP).

<http://lattes.cnpq.br/3777760667525907>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5798-5379>

E-mail: jose.fernandes@ifmg.edu.br

Robson Alves Farias

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de
Ouro Preto. Licenciado em Matemática pela Universidade Cidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4816-5771>

E-mail: robson.alves@aluno.ufop.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a distribuição de cotas (bolsas), para residentes, no Edital 01/2020 do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Trata-se de um estudo documental cujas fontes foram os documentos publicados pela CAPES relacionados ao referido edital. Desse modo, a organização e o tratamento dos dados, ancora-se aos pressupostos da Estatística Descritiva e à recursos e fórmulas do software Excel. Para melhor apresentação dos dados, optou-se por elaborar sínteses a partir de quadros com vistas a contemplar o objetivo proposto. Após essa etapa, iniciou-se o processo de análise e interpretação dos dados, considerando uma abordagem descritiva e três categorias analíticas: a) análise da distribuição das Cotas por Região, Estado e Municípios do país; b) análise da distribuição das Cotas por IES e c) análise da distribuição das Áreas de Residência Pedagógica. De modo geral, a

análise possibilitou verificar que foram distribuídas 30.096 cotas de residentes, sendo 55,42% destas para residentes de áreas prioritárias e 45,58% de áreas gerais. Foi possível observar, também, que o PRP está presente em todos os Estados e em aproximadamente 20% dos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Formação de Professores, Políticas Públicas.

SCENARIO OF DISTRIBUTION OF QUOTAS TO RESIDENTS IN THE PUBLIC NOTICE 01/2020 OF CAPES

ABSTRACT

This article aims to analyze the distribution of quotas (scholarships) for residents, in Public Notice 01/2020 of the CAPES Pedagogical Residency Program. This is a documentary study whose sources were the documents published by CAPES related to the aforementioned public notice. In this way, the organization and treatment of data is anchored to the assumptions of Descriptive Statistics and to the resources and formulas of the Excel software. For a better presentation of the data, it was decided to elaborate syntheses based on tables in order to contemplate the proposed objective. After this stage, the data analysis and interpretation process began, considering a descriptive approach and three analytical categories: a) analysis of the distribution of Quotas by Region, State and Municipalities in Brazil; b) analysis of the distribution of Quotas by HEI (Higher Education Institutions) and c) analysis of the distribution of the Areas of Pedagogical Residency. In general, the analysis made it possible to verify that 30,096 residency scholarships were distributed; out of which 55.42% were for residents of priority areas and 45.58% for residents of general areas. The study also showed that the PRP is present in all States and in approximately 20% of Brazilian municipalities.

Keywords: Pedagogical Residency, Teacher Education, Public Policies.

ESCENARIO DE LA DISTRIBUCIÓN DE CUOTAS PARA RESIDENTES EN EL EDICTO 01/2020 DE LA CAPES

RESUMEN

El presente artículo tiene por objetivo analizar la distribución de cuotas (becas), para

residentes, en el Edicto 01/2020 del Programa de Residencia Pedagógica de la CAPES. Se trata de un estudio documental cuyas fuentes fueron los documentos publicados por la CAPES relacionados al referido edicto. De este modo, la organización y el tratamiento de los datos se afirma en los presupuestos de la Estadística Descriptiva y en los recursos y fórmulas del software Excel. Para una mejor presentación de los datos, se optó por elaborar síntesis a partir de cuadros con vistas a contemplar el objetivo propuesto. Luego de esta etapa, se inició el proceso de análisis e interpretación de los datos, considerando un enfoque descriptivo y tres categorías analíticas: a) análisis de la distribución de las Cuotas por Región, Estado y Municipios del país; b) análisis de la distribución de las Cuotas por IES y c) análisis de la distribución de las Áreas de Residencia Pedagógica. De modo general, el análisis permitió verificar que fueron distribuidas 30.096 cuotas para residentes, siendo un 55,42% de estas para residentes de áreas prioritarias y un 45,58% para residentes de áreas generales. Fue posible observar, asimismo, que el PRP está presente en todos los Estados y en aproximadamente el 20% de los municipios brasileños.

Palabras clave: Residencia Pedagógica, Formación de Profesores, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

No contexto nacional, no ano de 2009, por meio de um Decreto Presidencial (BRASIL, 2009) foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores, com “a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica” (p. 1). No entanto, em 2016, esse Decreto foi revogado (BRASIL, 2016) e, conseqüentemente, houve uma alteração da finalidade de sua instituição:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2016, p. 1)

Já em 2009, havia a sinalização de que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) seria a instituição responsável por incentivar e

fomentar ações voltadas para a formação de profissionais do magistério para atuarem na educação básica. Dentre estas ações, o Decreto destacava a importância de fomentar Programas de Iniciação à Docência. Nesse contexto, destacava-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que se constituiu como objeto de investigação em diversas pesquisas (SCHAEFER, 2015; CANTEIRO, 2015; BARROS, 2016; RODRIGUES, 2016; VICENTE, 2016; CARVALHO, 2016; ABREU, 2016; CARVALHO, 2016; MENDONÇA, 2016; TINTI, 2012; TINTI e MANRIQUE, 2016; SILVA e MANRIQUE, 2019; SILVA e MANRIQUE, 2021)

Contudo, ao analisar o exposto no Decreto n. 8.752 (BRASIL, 2016) é visível que houve uma ampliação do entendimento de Programas de Iniciação à Docência, haja visto o exposto no item VII do Art. 10 do referido decreto “programas de iniciação à docência, inclusive por meio de residência pedagógica”.

É nesse cenário de conflitos, resistências e tensões que, em 2018, a CAPES publicou a Portaria GAB Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), que instituiu o Programa Residência Pedagógica:

Art.1º Instituir o Programa de Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica”. (BRASIL, 2018, p. 1)

A dinamização de tal programa é feita por meio de editais públicos nos quais Instituições de Ensino Superior (IES) de todo país submetem propostas de Projetos Institucionais que podem congrega diferentes cursos de Licenciatura na estrutura de subprojetos. Esses subprojetos podem ser de uma área específica ou congrega mais de uma área (perspectiva multidisciplinar). A estrutura dos Projetos Institucionais, bem como os compromissos de cada IES com o PRP são definidos nos Editais. De 2018 a 2020 foram propostos dois Editais (Edital 06/2019¹ e Edital 01/2020²), sendo que o

¹ Disponível em: <https://cutt.ly/wfHbvOR>, acesso em 01 de março de 2021.

² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 01 de março de 2021.

mais recente será tomado no presente artigo como objeto de investigação.

Há de se concordar com Tinti e Silva (2020) que “o PRP é um Programa, relativamente, novo e que ainda há muitas questões a serem investigadas, esperamos que as reflexões aqui apresentadas corroborem e mobilizem novos estudos” (p. 168). Nesse novo cenário investigativo, pesquisas como as de Costa e Da Fontoura (2018) e Faria e Diniz-Pereira (2019), têm revelado diferentes repercussões deste Programa para a formação dos profissionais da educação envolvidos, bem como na melhoria das aprendizagens dos alunos das escolas parceiras envolvidas.

Desse modo, compreendendo que a instituição de um novo Programa voltado à formação inicial de professores, bem como sua implementação e avaliação são ações que precisam ser pautadas nas agendas de pesquisas de áreas como Educação, Ensino e outras que possuam um compromisso com a formação de professores. Haja vista a defesa de que não tenhamos apenas Programas, mas uma Política Pública voltada à formação de professores (TINTI, 2012).

É com o desejo de contribuir com esse movimento que o presente artigo objetiva analisar a distribuição das cotas (bolsas) para residentes no Edital 01/2020 do Programa Residência Pedagógica da CAPES. A motivação para essa investigação emerge do desejo de compreender a abrangência do Programa, bem como refletir sobre seus alcances e limites.

Sendo assim, será apresentado as escolhas metodológicas e, na sequência a análise dos resultados por meio de três categorias, a saber: a) análise da distribuição de Cotas por Região, Estado e Municípios do país; b) análise da distribuição das Cotas por IES e c) análise da distribuição das Áreas de Residência Pedagógica. Contudo, é importante destacar que os resultados analisados referem-se às cotas para residentes (alunos de Licenciatura) e que neste artigo opta-se por estas nomenclaturas visto que são as adotadas nos documentos analisados.

2 METODOLOGIA

Como anunciado anteriormente, o objetivo é analisar a distribuição das cotas, para residentes, no Edital 01/2020 do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Para tanto, a opção foi a realização de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo documental. A escolha por esta abordagem se justifica pelo que nos apresentam Fiorentini e Lorenzato (2007) ao indicarem que este tipo de estudo possibilita a exploração de uma variedade de informações acerca do fenômeno estudado.

Ademais, foram selecionados os seguintes documentos publicados pela CAPES como fontes primárias de informação: a) o Edital CAPES nº 01/2020; b) o Resultado Final do referido Edital, c) a Divulgação do total de Cotas solicitadas por UF e d) a Relação de Municípios e áreas indicados nas propostas apresentadas pelas IES participantes do referido Edital. Tais documentos estão disponíveis no site da CAPES³.

Para organização e tratamento dos dados, ancora-se aos pressupostos da Estatística Descritiva e à recursos e fórmulas do *software* Excel. Para melhor apresentação dos dados, foram elaboradas sínteses a partir de quadros com vistas a contemplar o objetivo proposto. Tais quadros possibilitaram agrupar os dados em três categorias analíticas, a saber: a) análise da distribuição das Cotas por Região, Estado e Municípios do país; b) análise da distribuição das Cotas por IES e c) análise da distribuição das Áreas de Residência Pedagógica.

Após essa etapa, iniciou-se o processo de análise e interpretação dos dados considerando uma abordagem descritiva para cada uma das categorias que emergiram no processo de tratamento dos dados.

3 RESULTADOS

3.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS POR REGIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS DO PAÍS

³ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 01 de março de 2021.

A partir da análise dos dados divulgados acerca do total de cotas solicitadas por Unidade Federativa (UF), foi possível verificar que as IES que submeteram propostas ao Edital 01/2020 demandaram um total de 45.312 Cotas. No entanto, havia a seguinte prerrogativa: “7.1. Serão disponibilizadas até 30.096 cotas de bolsa na modalidade de residente, obedecendo o mínimo de 60% para as áreas prioritárias” (BRASIL, 2020, p. 5).

O Edital 01/2020 indicou como áreas prioritárias, as seguintes: Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química. Já as áreas de Arte, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Informática, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Sociologia, Intercultural Indígena, Educação do Campo e Pedagogia foram consideradas áreas gerais.

Seguindo essa classificação, no Quadro 1, evidencia-se a distribuição das 30.096 Cotas previstas no Edital 01/2020.

Quadro 1 – Distribuição das Cotas do Edital 01/2020 por Região

Região	Cotas Prioritárias	Cotas Gerais	Total
Nordeste	6.168	3.600	9.768
Sudeste	4.224	3.600	7.824
Sul	2.664	3.120	5.784
Norte	1.800	1.656	3.456
Centro-Oeste	1.824	1.440	3.264
Total	16.680	13.416	30.096

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados divulgados pela CAPES (2021).

É importante salientar que essa distribuição respeitou a previsão do Anexo III do referido Edital, ou seja, a quantidade de cotas destinada a cada uma das regiões brasileiras. Outro aspecto importante a ser observado nessa distribuição, é o fato de ela não atender ao exposto no item 7.1 do Edital (BRASIL, 2020), uma vez que 55,42% (16.680) das cotas foram atribuídas para áreas prioritárias e 45,58% (13.416) para as áreas gerais.

No entanto, é preciso destacar que o Edital previa:

- i) Não se aplicará a proporcionalidade do item "e" para as IES que solicitaram subprojetos apenas em áreas gerais.
- ii) As IES que no rateio forem contempladas com 24 cotas e que

submeteram subprojetos tanto em áreas prioritárias quanto nas gerais, deverão destinar as cotas ao subprojeto de área prioritária. (BRASIL, 2020, p. 12)

Desse modo, ao analisar os dados, foi possível perceber que 37 IES solicitaram apenas Cotas para áreas Gerais e 75 IES foram contempladas com apenas 24 Cotas, respaldando, assim, o não cumprimento do item 7.1 do Edital em questão.

Embora os dados analisados se refiram apenas à quantidade de cotas de residentes, considerando a estrutura dos núcleos (subprojetos) é possível realizar uma projeção da quantidade de preceptores necessários para atender a demanda de cotas aprovadas. Cabe destacar, então, que “Núcleo de residência pedagógica: grupo formado por 1 docente orientador, 3 preceptores, 24 residentes bolsistas e até 6 residentes voluntários” (BRASIL, 2020, p. 2). Sendo assim, a cada agrupamento de 8 residentes há a presença de 1 preceptor. Como foram aprovadas 30.096 cotas de residentes há a necessidade de 3.762 preceptores, ou seja, “professor da escola de educação básica responsável por planejar, acompanhar e orientar os residentes nas atividades desenvolvidas na escola-campo” (BRASIL, 2020, p. 2).

Outro aspecto que merece ser destacado, é que foram contemplados Projetos Institucionais de todos os Estados brasileiros, sendo os Estados da Bahia (8,1%), Minas Gerais (10,6%), Paraná (7,9%), Amazonas (3,8%) e Goiás (4,1%) os mais representativos das regiões que estão inseridos. Tal cenário é detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das Cotas do Edital 01/2020 por Região e UF

Região	UF	Cotas Prioritárias	Cotas Gerais	Total	%
Nordeste	BA	1.224	1.224	2.448	8,1%
	CE	768	600	1.368	4,5%
	PI	912	384	1.296	4,3%
	PE	984	264	1.248	4,1%
	RN	648	240	888	3,0%
	PB	408	264	672	2,2%
	AL	408	240	648	2,2%
	MA	432	192	624	2,1%
	SE	384	192	576	1,9%
Sudeste	MG	1.752	1.440	3.192	10,6%
	SP	1.488	1.440	2.928	9,7%
	RJ	792	432	1.224	4,1%
	ES	192	288	480	1,6%
Sul	PR	1.128	1.248	2.376	7,9%
	RS	912	1.176	2.088	6,9%
	SC	624	696	1.320	4,4%
Norte	AM	576	576	1.152	3,8%
	PA	432	288	720	2,4%
	AC	216	192	408	1,4%
	RR	168	240	408	1,4%
	TO	168	216	384	1,3%
	RO	192	96	288	1,0%
	AP	48	48	96	0,3%
Centro-Oeste	GO	720	504	1.224	4,1%
	MS	576	432	1.008	3,3%
	MT	360	432	792	2,6%
	DF	168	72	240	0,8%
Total		16.680	13.416	30.096	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados divulgados pela CAPES (2021).

Considerando a abrangência do PRP nas Regiões e nos Estados, foi

interessante identificar a inserção do Programa nos 5.570 município⁴ brasileiros. Desse modo, ao analisar os dados referente a presença do PRP nos Municípios, denominados no Edital 01/20 de municípios de articulação, foi possível perceber que os projetos estão inseridos em 1.083 Municípios de articulação, ou seja, aproximadamente 20% do total.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que, em um mesmo município, podem ser desenvolvidos mais de um Projeto Institucional e, ainda, mais de um subprojeto pode estar inserido neste mesmo município. Dentre todos os municípios contemplados neste cenário, a título de exemplificação, destaca-se São Paulo e Salvador, que foram os que apresentaram maior representatividade de municípios com mais de um subprojeto em desenvolvimento.

A cidade de São Paulo foi indicada como Município de articulação em Projetos Institucionais de 11 IES⁵, os quais indicam a presença de 52 áreas de Residência Pedagógica, assim distribuídas:

- a) Educação Física, Língua Portuguesa e Pedagogia – cada uma com 6 ocorrências;
- b) História com 5 ocorrências;
- c) Alfabetização, Biologia e Matemática com 4 ocorrências cada;
- d) Arte, Física, Geografia e Química com 3 ocorrências cada;
- e) Ciências com 2 ocorrências;
- f) Língua Espanhola, Língua Inglesa e Sociologia com 1 ocorrência cada.

Já a cidade de Salvador, foi indicada como Município de articulação em

⁴ Segundo o IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 de março de 2021.

⁵ Centro Universitário Adventista de São Paulo / Faculdade Paulista de Artes / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / Universidade Brasil / Universidade Cidade de São Paulo / Universidade Cruzeiro do Sul / Universidade de Santo Amaro / Universidade de São Paulo / Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Sede) / Universidade Federal de São Paulo / Universidade Nove De Julho.

Projetos Institucionais de 6 IES⁶, os quais indicam a presença de 42 áreas de Residência Pedagógica, assim distribuídas:

- a) Geografia com 5 ocorrências;
- b) Língua Portuguesa, Matemática e Química com 4 ocorrências cada;
- c) Biologia, Física, História, Pedagogia e Sociologia com 3 ocorrências cada;
- d) Arte, Educação Física, Filosofia e Informática com 2 ocorrências cada;
- e) Licenciatura Intercultural Indígena e Língua Inglesa com 1 ocorrência cada.

Diante do exposto, os dados revelam um desafio para a CAPES de pensar formas de ampliação e inserção do PRP em mais municípios do país. Haja vista que, assim como Nacarato (2006), compreende-se que, o *lócus* da formação de professores, em especial, a formação de professores de Matemática se apresenta de forma diversificada, demandando a presença das políticas públicas. Nesse sentido, defende-se a ampliação de Projetos Institucionais e, conseqüentemente, de cotas para residentes.

3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS POR IES

Como previsto no Edital 01/2020 (BRASIL, 2020), foram selecionadas 250 IES, sendo: 86 da região Sudeste, 62 do Nordeste, 55 do Sul, 25 do Centro-Oeste e 22 do Norte. No entanto, os dados disponibilizados pela CAPES e analisados no presente artigo não permitem identificar a categoria administrativa de cada uma das IES contemplada.

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Universidade Católica de Salvador / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / Universidade do Estado da Bahia / Universidade Federal da Bahia.

Desse modo, recorre-se ao cadastro das IES no sistema e-MEC⁷, para complementar os dados analisados.

Quadro 3 – Distribuição das Cotas do Edital 01/2020 por Região e Categoria Administrativa das IES

Região	Pública				Privada	
	Federal	Estadual	Municipal	Especial	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos
Nordeste	5.376	3.648	0	240	360	144
Sudeste	3.840	1.848	192	168	600	1.176
Sul	2.400	1.656	144	0	168	1.416
Norte	2.520	792	48	0	48	48
Centro-Oeste	1.896	984	24	0	360	0
Total	16.032	8.928	408	408	1.536	2.784

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados divulgados pela CAPES (2021).

Com base nos dados apresentados no Quadro 3, é possível evidenciar que mais de 85% das cotas para residentes foram conquistadas por IES Públicas, sendo que deste percentual destacam-se as Universidades Federais, com 53,3% do total.

Para ilustrar a representatividade das IES em suas regiões, opta-se por elaborar o Quadro 4, indicando as cinco IES que tiveram o maior número de cotas concedidas.

⁷ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 de março de 2021.

Quadro 4 – IES com maior número de Cotas do Edital 01/2020 por Região

Região	UF	#	Instituição de Ensino Superior	Cotas Prioritárias	Cotas Gerais	Total
Nordeste	BA	1	Universidade do Estado da Bahia	408	288	696
	PI	2	Fundação Universidade Estadual do Piauí	312	192	504
	SE	3	Universidade Federal de Sergipe	288	168	456
	PI	4	Fundação Universidade Federal do Piauí	264	168	432
	CE	5	Universidade Estadual do Ceará	240	168	408
Sudeste	MG	1	Universidade Estadual de Montes Claros	288	312	600
	SP	2	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Sede)	144	408	552
	SP	3	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	288	48	336
	MG	4	Universidade Federal de Uberlândia	48	192	240
	RJ	5	Universidade Federal Fluminense	144	96	240
Sul	SC	1	Universidade Federal da Fronteira Sul	192	168	360
	PR	2	Universidade Estadual de Londrina	144	144	288
	PR	3	Universidade Estadual de Maringá	96	192	288
	RS	4	Universidade Federal de Pelotas	144	144	288
	RS	5	Fundação Universidade Federal do Pampa	168	96	264
	RS	6	Universidade Federal de Santa Maria	120	144	264
Norte	AM	1	Universidade Federal do Amazonas	312	360	672
	AM	2	Universidade do Estado do Amazonas	240	192	432
	AC	3	Universidade Federal do Acre	120	192	312
	RR	4	Fundação Universidade Federal de Roraima	120	192	312
	TO	5	Universidade Federal do Tocantins	120	96	216
Centro-Oeste	MS	1	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	216	144	360
	MS	2	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	216	144	360
	MT	3	Universidade Federal de Mato Grosso	144	192	336
	GO	4	Universidade Estadual de Goiás	168	144	312
	MT	5	Universidade do Estado de Mato Grosso	120	192	312

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados divulgados pela CAPES (2021).

Em consonância com o Quadro 4, pode-se perceber que as IES Públicas possuem uma expressiva representatividade dentre as que foram contempladas no Edital analisado.

3.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Além de observar a representatividade regional, estadual, local e de tipos de IES, interessa-se evidenciar a distribuição das cotas por áreas. No entanto, os dados disponibilizados nos permitem, apenas, identificar a quantidade de subprojetos que foram aprovados nos 250 Projetos Institucionais, haja vista o exposto no item “10.1 Serão selecionadas até 250 IES para serem contempladas com as cotas de bolsas previstas neste edital” (BRASIL, 2020, p. 10).

Desse modo, os dados fornecidos foram tratados, de modo a contabilizar a quantidade de subprojetos que foram aprovados e segmentá-los por região. Além disso, foram agrupados por subprojectos, seguindo a denominação das áreas adotada no Edital, tal como ilustra o Quadro 5.

Quadro 5 – Distribuição dos subprojetos por Áreas de Residência Pedagógica e por Região

Área		Região ⁸					Total
		NE	SE	S	N	CO	
Prioritária	Biologia	40	43	26	19	15	143
	Matemática	42	36	25	17	14	134
	Língua Portuguesa	38	38	29	17	12	134
	Alfabetização	28	44	23	6	15	116
	Química	38	29	17	15	10	109
	Física	33	25	20	16	8	102
	Ciências	3	2	5	6	2	18
Geral	Educação Física	28	44	30	10	13	125
	História	28	30	20	10	11	99
	Geografia	29	21	12	13	10	85
	Sociologia	21	11	9	2	8	51
	Pedagogia	15	27	23	10	7	82
	Língua Inglesa	17	12	13	5	7	54
	Arte	16	18	14	5	5	58
	Filosofia	18	10	11	3	5	47
	Língua Espanhola	13	5	6	3	5	32
	Licenciatura em Educação do Campo	6	5	3	5	3	22
	Informática	7	2	1	5	3	18
	Licenciatura Intercultural Indígena	1	0	0	6	1	8
Total		421	402	287	173	154	1.437

⁸ Norte = N, Nordeste = NE, Sudeste = SE, Sul = S, Norte = N, Centro - Oeste = O

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados divulgados pela CAPES (2021).

É importante salientar que o Quadro 5 apresenta a quantidade de vezes que uma determinada Área de Residência Pedagógica foi contemplada nos Projetos Institucionais das IES. Desse modo, os dados disponibilizados e analisados não possibilitam ilustrar a quantidade efetiva de subprojetos que estão sendo desenvolvidos, haja vista a possibilidade de existência de subprojetos interdisciplinares nas propostas implementadas. O edital de seleção divulgado no ano de 2020 define tal arranjo da seguinte forma:

“3.2.9. Subprojeto interdisciplinar: núcleo ou conjunto de núcleos constituídos por até três áreas de residência pedagógica que atuam de forma articulada e integradas entre si”. (BRASIL, 2020, p. 2)

“9.5. Poderá ser apresentado subprojeto interdisciplinar com até 3 áreas de residência pedagógica”. (BRASIL, 2020, p. 8)

Contudo, o Quadro 5 permite identificar que há um certo “equilíbrio” na distribuição das áreas prioritárias (756 ocorrências) e gerais (681 ocorrências), sendo mais representativos subprojetos envolvendo cursos de Biologia (prioritário) e Educação Física (geral). Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o fato de, ainda, existirem poucos subprojetos envolvendo residentes de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da distribuição de cotas para residentes possibilitou identificar que no Edital 01/2020 foram aprovadas 30.096 cotas de residentes e, portanto, para o atendimento a essa demanda são necessários 3.762 preceptores. Em relação à distribuição territorial destas cotas, foi possível observar que o PRP está presente em todos os Estados e em aproximadamente 20% dos municípios brasileiros.

No tocante às áreas de residência, foi possível identificar que, dentre as

30.096 cotas para residentes, 55,42% (16.680) foram atribuídas para áreas prioritárias e 45,58% (13.416) para as áreas gerais.

Ao focar na análise da distribuição de cotas por IES, foi possível identificar que foram selecionadas 250 IES, sendo: 86 da região Sudeste, 62 do Nordeste, 55 do Sul, 25 do Centro-Oeste e 22 do Norte. Além disso, os dados revelaram que 37 das 250 IES solicitaram apenas cotas para áreas Gerais e 75 IES foram contempladas apenas com 24 cotas. Outro dado que chamou a atenção foi o fato de mais de 85% das cotas para residentes foram conquistadas por IES Públicas, sendo que deste percentual destacam-se as Universidades Federais.

Cabe ressaltar, também, que os dados analisados retratam um cenário de distribuição inicial das cotas, ou seja, não estão disponíveis dados que revelem o contexto real da implementação tão pouco o montante de cotas que foram atribuídas aos bolsistas. Haja vista que, ao longo dos 18 meses de projeto, o cenário que objetivamos descrever no presente artigo pode ter sofrido alterações. Desse modo, considerando a relevância e abrangência do PRP, acredita-se que seja importante um canal de divulgação em tempo real da distribuição de todas as cotas previstas nos Editais do referido Programa.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Iury Sparctton Melchior de. **Entre a singularidade e a complexidade da construção de saberes docentes na formação inicial de professores de matemática no contexto do PIBID**. Dissertação (Mestrado em em Educação em Ciências e Matemática). Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Goiás, 2016.

BARROS, Aline Vieira de. **Contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência para a Formação Inicial dos Egressos das Licenciaturas da Universidade Federal do ABC**. Dissertação (Mestrado em em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática). Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática. Universidade Federal do ABC, 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria n. 38**, de 28 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Presidencial n. 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/D6755impresao.htm/. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Presidencial n. 8.752**, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19/. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Edital n. 01/2020 CAPES** - seleção de projetos para o Programa Residência Pedagógica. Brasília: DF: CAPES, 2020. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CANTEIRO, Danielle Christiane dos Santos. **Impactos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na formação inicial de professores de matemática**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

CARVALHO, Marcos. Pavani de. **Um estudo da inserção de estudantes da licenciatura em matemática no contexto da escola pública**: contribuições do PIBID. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Anhanguera de São Paulo, 2016.

COSTA, Luciana Laureano; DA FONTOURA, Helena Amaral. Residência pedagógica: criando caminhos para o desenvolvimento profissional docente. **Revista @mbienteeducação**, v. 8, n. 2, p. 161 - 177, jan. 2018. ISSN 1982-8632. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/523>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FARIA, Juliana Batista; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8393>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MENDONÇA, Sílvia Regina Pereira de. **Representação social sobre o ensino de matemática de licenciandos vinculados ao PIBID**: dinâmica de formação. 2016. 291f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NACARATO, Adair. Mendes. A Formação do Professor de Matemática: pesquisa x

políticas públicas. **CONTEXTO e EDUCAÇÃO**, Ijuí – RS, Ano 21, n. 75, p. 131-153, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, Márcio Urel **Potencialidades do PIBID como espaço formativo para professores de matemática no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista, 2016.

SCHAEFER, Cristina. **Experiências e narrativas: um olhar para a formação de professores de matemática a partir do PIBID**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

SILVA, José Fernandes da; MANRIQUE, Ana Lucia. Investigações brasileiras sobre os egressos de Licenciaturas em Matemática que vivenciaram práticas de Iniciação à Docência. **Acta Latinoamericana de Matemática Educativa**, v. 32, p. 591-599, 2019.

SILVA, José Fernandes da; MANRIQUE, Ana Lucia. Reflexiones emergentes de prácticas de un grupo colaborativo de profesores sobre los conocimientos necesarios para enseñar Matemática. **Paradigma** (Maracay)

TINTI, Douglas da Silva. **PIBID: um estudo sobre suas contribuições para o processo formativo de alunos de Licenciatura em Matemática da PUC-SP**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Estudos Pos-graduados em Educação Matemática. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

TINTI, Douglas da Silva; MANRIQUE, Ana Lucia. PIBID: Inserción de futuros profesores de matemáticas en el entorno escolar con vistas a minimizar el choque con la realidad. **Linhas Críticas**, v. 25, p. 333-349, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v25i0.23110>

TINTI, Douglas da Silva; MANRIQUE, Ana Lucia. Teoria e Prática na Formação de Professores que ensinam Matemática: que caminhos apontam experiências com o PIBID e OBEDUC?. **Educação Matemática em Revista** (São Paulo), v. 49B, p. 98-106, 2016. Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/revista/index.php/emr/article/view/621/pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

TINTI, Douglas da Silva; SILVA, José Fernandes da. Estudo das repercussões do Programa Residência Pedagógica na formação de Professores de Matemática. **Formação Docente**, v. 13, p. 151-172, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31639/rbpf.v13i25.404>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VICENTE, Marcelina Ferreira. **Programa institucional de bolsas de iniciação à docência - PIBID - e a formação inicial de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, 2016.